

PREGÃO PRESENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento de sistema de gerenciamento de entrega de medicamentos em domicílio, com serviços correlatos de treinamento, operação assistida, suporte e manutenção.

PROCESSO Nº 441/2021

EDITAL Nº 294/2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

DATA DA REALIZAÇÃO: 04/01/2022

HORÁRIO: 09:30 horas

LOCAL: PAÇO MUNICIPAL

1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura do Município de Louveira, através da Secretaria de Administração, torna público que se acha aberta licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações e Decretos Municipais nº 3.014/06 e nº 4.143/14, aplicando-se, ainda, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.3. Os envelopes contendo a Proposta e os Documentos para Habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1.4. A sessão de processamento do pregão será realizada no Paço Municipal situado na Rua Catharina Calssavara Caldana, nº 451, Bairro Leitão, Louveira - SP, iniciando-se no **dia 04 de janeiro de 2022, às 09:30 horas**, com tolerância de dez minutos, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados que atuem no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.2. Não serão permitidas participações de empresas enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93, ou que possuem sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Louveira.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para o credenciamento deverão ser entregues, fora dos Envelopes nº 01 e 02, os seguintes documentos em original, cópia autenticada em cartório ou cópia acompanhada do original para autenticação na sessão:

3.1.1. Relativos à licitante:

3.1.1.1. Instrumento constitutivo da empresa, em vigor e registrado na Junta Comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.1.1.2. Tratando-se de sociedade civil, o ato constitutivo registrado em cartório acompanhado de prova de diretoria em exercício.

3.1.1.3. Tratando-se de empresa estrangeira, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2. Relativos ao representante:

3.1.2.1. Tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), no documento apresentado no instrumento constitutivo da empresa deverão estar expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.1.2.2. Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular, este último com firma reconhecida do representante legal, do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame.

3.1.3. Declaração elaborada em papel timbrado e assinada pelo representante, de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO - DECLARAÇÕES.

3.1.4. Tratando-se de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada:

3.1.4.1. Declaração elaborada em papel timbrado e assinada pelo representante, de acordo com o modelo estabelecido no ANEXO - DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIA DA LC Nº 123/06.

3.1.4.2. Comprovante expedido pela Junta Comercial ou documento equivalente que demonstre o enquadramento na condição de beneficiária dos direitos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações ou equiparada, nos termos da legislação vigente.

3.2. O representante deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.3. Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

3.4. A ausência do representante credenciado, em qualquer momento da sessão, poderá implicar na exclusão imediata da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

4.1. A Proposta e os Documentos para Habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 01 - Proposta
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
Pregão Presencial nº 105/2021

Envelope nº 02 - Documentos para Habilitação
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE
Pregão Presencial nº 105/2021

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DE PROPOSTA

5.1. O ANEXO - MODELO DE PROPOSTA deverá ser utilizado para apresentação da Proposta, que deverá ser digitada ou preenchida a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que impossibilitem a compreensão de seu conteúdo e elaborada, preferencialmente, em papel timbrado da licitante.

5.2. A proposta deverá conter os seguintes elementos:

5.2.1. Número do Pregão e objeto.

5.2.2. Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

5.2.3. Dados do representante legal da licitante.

5.2.4. Descrição do objeto da presente licitação em conformidade com as especificações dos Anexos deste Edital.

5.2.5. Valores, em moeda corrente nacional, em algarismos e em até duas casas decimais. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, relacionados com o objeto da presente licitação.

5.2.6. Deverá constar data, identificação clara do signatário, sua função ou cargo na empresa, o número do RG e CPF e assinatura.

5.3. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sessão de processamento do pregão.

5.4. Eventuais erros formais poderão ser corrigidos de plano pelo Pregoeiro. Entende-se por erros formais, aqueles que não possuem força suficiente para macular a essência da manifestação realizada.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

O envelope de Documentos para Habilitação deverá conter os documentos a seguir relacionados, apresentados em cópia autenticada em cartório ou cópia simples e, caso o envelope seja aberto, será solicitado o original, para autenticação da cópia simples durante a sessão, os quais dizem respeito a:

6.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

6.1.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

6.1.3. Certidão de regularidade de débitos mobiliários com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.

6.1.4. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

6.1.5. Certidão de regularidade de débito referente a todos os créditos tributados e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional.

6.1.6. Certidão de regularidade com débitos trabalhistas (CNDT).

6.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.2.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou domicílio da pessoa física. Na hipótese de a certidão ser positiva deverá ser apresentado plano de recuperação homologado e em pleno vigor.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.2. Todas as declarações apresentadas estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 3.014/06.

7.3. Os documentos apresentados para o credenciamento neste Pregão não precisarão constar dentro do envelope nº 02 de Documentos para Habilitação.

7.4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas somente será exigida nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

7.4.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da declaração de vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Municipalidade, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração revogar a licitação ou proceder a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do Art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/02.

7.4.4. A licitante que valer-se, quando no decurso da Sessão, do benefício e faculdade do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, e, posteriormente, não cumprir qualquer exigência editalícia, quer por sua culpa ou impossibilidade que era previsível, ressalvadas as exceções de comprovação de regularidade já previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, estará sujeita às hipóteses de sanções administrativas, que poderão ser: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e/ou declaração de inidoneidade para contratação com a Administração, com observância aos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93 e Decretos Municipais nº 3.678/11 e nº 3.982/13.

8. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1. No horário e local indicados, será aberta a sessão de processamento do Pregão, no qual os interessados em participar do certame deverão apresentar os documentos do credenciamento.

8.2. Após o credenciamento, os representantes entregarão ao Pregoeiro os envelopes de Proposta e Documentos para Habilitação.

8.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope Proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital.

8.5. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.6. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.7. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

8.7.1. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superior àquela.

8.7.2. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida no subitem anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.8. Para efeito de seleção será considerado o menor preço por item.

8.9. O Pregoeiro convidará, individualmente, os autores das propostas selecionadas, para formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.10. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.11. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

8.11.1. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante do licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto, valer-se de telefone celular. O tempo concedido não poderá exceder dois minutos.

8.12. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

8.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.14. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos seguintes termos:

8.14.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.14.2. A microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.

8.14.2.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.

8.14.3. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

8.14.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, retomar-se-ão, os procedimentos relativos à licitação, nos termos dispostos no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada cujas propostas se encontrem no intervalo de empate.

8.14.4.1. Não configurada a hipótese prevista neste subitem, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

8.15. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.16. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.17. A aceitabilidade será auferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, constante nos autos.

8.18. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os Documentos para Habilitação do respectivo proponente.

8.19. Eventuais falhas formais ou dúvidas acerca da autenticidade dos Documentos de Habilitação apresentados poderão ser sanadas pelo Pregoeiro na sessão pública de processamento do Pregão, mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações, se for o caso, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou declaração que originalmente deveriam constar no envelope de Documentos para Habilitação.

8.20. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos.

8.21. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.22. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, e negociará com o seu autor decidindo sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, analisará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

8.23. Neste momento, serão colocados à disposição dos interessados os credenciamentos, propostas e documentos de habilitação para rubrica e análise.

8.24. Da Sessão, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelo representante das licitantes presentes.

9. DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE

9.1. A empresa primeira classificada no certame será convocada, de acordo com o ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA, a apresentar o atendimento e conformidade com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

9.2. Ao exigir a demonstração do sistema a Administração não estará analisando a classificação dos sistemas ofertados, mas sim verificando a real compatibilidade da proposta vencedora com as especificações do edital. A verificação da conformidade será feita em sessão pública.

9.3. Caso o sistema não atenda aos requisitos contidos no ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA ou o licitante deixe de cumprir com a exigência de demonstração do sistema, a licitante será

desclassificada, convocando-se as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, para participar de nova sessão pública do Pregão.

9.4. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo comprovada a verificação, a licitante poderá ser desclassificada.

10. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção em recorrer, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação de memoriais, observado o disposto no artigo 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

10.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto do certame será adjudicado à licitante vencedora.

10.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. A adjudicação será por item.

10.7. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida ao Prefeito Municipal, para homologação.

10.8. É facultado ao Prefeito Municipal, mediante prévia fundamentação, anular a sessão do pregão.

11. DA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante **assinatura presencial** do contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório.

11.2. A adjudicatária deverá, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da data da convocação, comparecer à Secretaria de Administração, para assinar o contrato, **não sendo possível o envio pelo correio ou meio eletrônico.**

11.3. Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar ou não comparecer para assinatura do contrato, poderão ser aplicadas sanções previstas neste Edital.

12. DO PRAZO DO CONTRATO

12.1. A vigência contratual será de **12 (doze)** meses a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

13. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1. Nos termos das Leis Federais nº 9.069/95 e nº 10.192/01, os preços ofertados e aceitos pela Administração ficarão inalterados pelo período de 12 (doze) meses, contados do mês de apresentação das propostas nesta licitação, assegurada a menor periodicidade estabelecida pela legislação nos termos do § 5º do art. 28 da referida Lei.

13.2. Em havendo prorrogação da vigência contratual, os preços unitários poderão ser reajustados, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contados a partir da apresentação da proposta junto a Comissão Permanente de Licitações, utilizando-se como base as variações do Índice IPCA - IBGE ou outro que venha a substituí-lo.

14. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A contratada deverá realizar a prestação dos serviços de acordo com todas as especificações constantes no ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA do presente edital.

14.2. As ordens de serviço serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive correio eletrônico.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

15.2. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da contratada intentarem reclamações trabalhistas contra a Prefeitura Municipal de Louveira.

15.3. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

15.4. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

15.5. Fornecer materiais e mão de obra especializada para execução dos serviços objeto do presente instrumento.

15.6. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança do trabalho, fornecendo por sua conta todos os materiais necessários à segurança do pessoal que trabalhar na execução dos serviços.

15.7. Fornecer, quando solicitado pela Prefeitura Municipal de Louveira, a comprovação de recolhimento dos encargos sociais trabalhistas e previdenciários referentes aos empregados que farão parte da equipe de trabalho e a fim de verificar se os mesmos estão registrados em carteira profissional de trabalho em nome da empresa contratada.

15.8. Cumprir todas as exigências descritas no ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos da emissão da nota fiscal e expedição do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão competente.

16.1.1. A contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica - NF-e em conformidade com o estabelecido pela legislação vigente.

16.2. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e o prazo para pagamento fluirá após a data da reapresentação válida.

16.3. Nos termos do artigo 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, na hipótese de não se dar remuneração da contratada no prazo previsto em edital e contrato, poderá ocorrer atualização pelo índice IPCA/IBGE.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), consignada(s) no orçamento vigente, e das dotações vigentes para exercícios futuros:

1151 - 01 - 100801.1030300322.057 - 3.3.90.39.00
--

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos termos dos Decretos Municipais nº 3.678/11 e nº 3.982/13 e, subsidiariamente, nos termos das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e alterações, poderão ser aplicadas sanções, as quais são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

18.2. Os procedimentos relativos a apuração e penalização dos inadimplementos das obrigações contratuais serão conduzidos no âmbito do órgão contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, respeitado o contraditório e ampla defesa.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.2. A simples participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

19.3. O órgão licitante poderá revogar esta licitação por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes à sua abertura, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado. Em ambos os casos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.4. O resultado do presente certame e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.

19.5. Os envelopes contendo os Documentos para Habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada na Secretaria de Administração sito na Rua Catharina Calssavara Caldana, nº 451, Bairro Leitão, Louveira - SP, após a publicação da homologação, sendo destruídos os que não forem retirados no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da homologação.

19.6. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** pelo e-mail **esclarecimentos@louveira.sp.gov.br**.

19.7. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá **impugnar** o Edital, que deverá ser **protocolizado** junto à Prefeitura Municipal de Louveira, nos dias e horários de expediente.

19.8. Os **recursos** deverão ser **protocolizados** junto à Prefeitura Municipal de Louveira, nos dias e horários de expediente.

19.9. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração no edital não afetar a formulação da proposta.

19.10. Os casos omissos do presente Pregão poderão ser solucionados pelo Pregoeiro durante a sessão.

19.11. Em caso de alteração do texto do edital e de seus Anexos que afete a documentação a ser apresentada ou formulação da proposta, será restituído na íntegra o prazo de divulgação antes concedido.

19.12. Integram o presente Edital:
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - DA INTEROPERABILIDADE

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA

ANEXO IV - DECLARAÇÕES

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIA DA LC Nº 123/06

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

19.13. Não será exigida a prestação de garantia para as contratações resultantes desta licitação.

19.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Louveira/SP.

Louveira, 17 de dezembro de 2021.

MARCELO SILVA SOUZA
Secretário de Administração

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento de sistema de gerenciamento de entrega de medicamentos em domicílio, com serviços correlatos de treinamento, operação assistida, suporte e manutenção.

2 - Justificativa

Com o agravamento da pandemia de Coronavírus e a consequente dificuldade de controle, torna-se essenciais a adoção de medidas que diminuam as situações de aglomeração de pessoas, bem como, ações que facilitem a vida dos munícipes para que possam permanecer em suas casas sem interrupção nos tratamentos. Com a adoção desta ferramenta, os moradores do município poderão solicitar a entrega de seus medicamentos (constantes na lista padronizada pela secretaria de saúde da prefeitura) sem a necessidade de se deslocarem à farmácia municipal.

3 - Informações gerais

3.1 - Considerando que o Banco de Dados é de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal, a contratada deverá ter acesso apenas para fins de manutenção e utilização em conjunto com o sistema contratado.

3.1.1 - O Departamento de Informática da Prefeitura deverá sempre ter acesso ao Banco de Dados, inclusive com usuário e senha de administrador próprios, além de ter o controle dos backups que serão realizados e disponibilizados pela contratada.

3.2- Fica desde já proibida à contratada, sob pena de multa e/ou rescisão contratual:

a) Alterar a senha de acesso ao Servidor e ao Banco de Dados, sem conhecimento do Departamento de Informática da Prefeitura, sob pena de rescisão contratual.

b) Acessar o servidor de banco de dados sem o consentimento do Departamento de Informática, que quando necessário, disponibilizará o acesso para a contratada.

c) Interromper a que título for, proibir ou de qualquer forma dificultar o acesso do Departamento de Informática da Prefeitura ao banco de dados, sob pena de rescisão contratual.

d) Utilizar timbre, slogan ou qualquer marca da Prefeitura, ou ainda, desenvolvido ou utilizado por ela.

e) Só divulgar informações referente à prestação dos serviços deste objeto, mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura.

f) Copiar, reproduzir quaisquer das informações, ou autorizar/permitir qualquer outra pessoa a fazê-lo.

g) Realizar qualquer alteração no Layout do sistema em vigor, sem a autorização por escrito da prefeitura.

h) permitir ou ocasionar qualquer interrupção no sistema que seja superior a duas horas.

3.3 - Serão responsabilidades da contratada:

a) Fornecer link para acesso ao sistema que será disponibilizado no sítio eletrônico da Contratante, para acesso de todos os usuários do sistema;

b) Realizar constantemente treinamentos referentes a utilização do sistema, de acordo com o descrito neste termo;

c) Dar suporte especializado à Prefeitura, com resolução de dúvidas de maior complexidade no uso do software; Prestar suporte com SLA definido de 2 horas para chamado de baixa complexidade, 4 horas para chamados de média complexidade e 6 horas para chamados de alta complexidade. A contratada deverá disponibilizar e divulgar para a contratante canais para abertura de chamados, seja por telefone, e-mail, sistema próprio ou Whatsapp.

d) Garantir a interoperabilidade com os demais sistemas já existentes na Prefeitura ou que venham a surgir;

e) Responsabilizar-se pela confidencialidade no tratamento dos dados que tenha acesso por meio de seus funcionários, representantes, prepostos ou quaisquer outros colaboradores.

f) Atender ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, inclusive informando a seus funcionários, colaboradores e possivelmente subcontratados da responsabilidade quanto à segurança no tratamento dos dados pessoais que envolvam o objeto do futuro contrato.

g) Autorizar apenas o gestor do contrato, devidamente informado por escrito pela Prefeitura, o acesso ao banco de dados para fins da execução dos serviços contratados;

h) Entregar, finalizado o prazo contratual, ao seu término comum, após aditivos (se houver) ou ainda em caso de rescisão contratual antecipada, mídia magnética dos arquivos no formato CSV (caractere separado por virgula) contendo todas as informações cadastradas referentes às tabelas dos sistemas;

i) Designar um profissional da empresa que será responsável pelo acompanhamento do contrato e pelas comunicações com o fiscal designado pela Prefeitura. Tal responsável deverá resolver situações que porventura possam ocorrer na execução contratual sempre comunicando o representante legal da empresa;

- j) Garantir que os seus prestadores de serviços ajam adequada e profissionalmente devendo substituir qualquer deles quando for necessário ou então quando solicitado de forma motivada e justificada pela Prefeitura, em até 2 dias úteis;
- k) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- l) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, sob pena de rescisão contratual além das penalidades elencadas na LGPD — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- m) Informar imediatamente a Prefeitura caso tenha conhecimento de qualquer tipo de vazamento de dados, fornecendo detalhes que obtiver sobre responsáveis pela ação ou omissão;
- n) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- o) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.
- p) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- q) responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica,
- r) cumprir todas normas e legislações vigentes pertinentes à contratação e prestação de serviços, responsabilizando-se por todos os prejuízos e danos decorrentes de suas ações ou omissões na execução dos serviços.
- s) Fornecer sob suas expensas todos os materiais e mão de obras necessários à execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a: alimentação, transporte, hospedagem seguros, dentre outros necessários à correta execução dos serviços objeto da contratação e ao atendimento da legislação vigente.
- t) Manter registro com relatórios, atas e demais documentos das reuniões realizadas com a Prefeitura, na execução do contrato;
- u) Manter registro de todos os documentos necessários à prestação de contas do referido contrato que deverá ser anexado à Nota Fiscal mensalmente.
- v) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação

contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

w) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

3.3.1 - O descumprimento de qualquer uma das obrigações deste termo, edital ou respectivo contrato ensejarão aplicação de multas e/ou rescisão contratual, garantido sempre o contraditório e a ampla defesa.

4 - Prazo de Início de Execução

A contratada deverá iniciar as atividades no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

5 - Vigência Contratual

A vigência contratual será de 12 meses podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, totalizando um prazo máximo de 48 meses, conforme art. 57, IV da Lei 8666/93.

6 - Descritivo técnico do sistema

6.1 Do Aplicativo Mobile

6.1.1. A Contratada deverá disponibilizar um aplicativo específico, para no mínimo, as plataformas Android e iOS, por onde o morador irá realizar seu pedido de medicamentos em domicílio;

6.1.2. O aplicativo deve permitir o login do usuário através do número do cartão cidadão municipal. E, para garantir a segurança do processo de autenticação, e considerando-se a sensibilidade dos dados envolvidos, o aplicativo deve permitir que o usuário, no primeiro acesso, tire uma selfie, que deve ser comparada com a foto do usuário constante no banco de dados municipal, e, em caso de autenticação positiva, o aplicativo deve permitir a criação de uma senha pessoal de acesso.

6.1.2.1. O login de 6.1.2 deve ser requerido apenas para o serviço de solicitação de medicamentos para entrega em domicílio (6.1.5)

6.1.2.2. Para os serviços descritos em 6.1.4 e 6.1.6 não deve se requerer o processo de login de 6.1.2

6.1.3. As seguintes opções devem estar disponíveis no aplicativo: Consultas aos dados cadastrais das unidades de saúde; Solicitação de medicamentos para entrega em domicílio; Consulta ao estoque de medicamentos.

6.1.4. Da consulta aos dados cadastrais das unidades de saúde:

6.1.4.1. O aplicativo deve permitir a consulta aos dados cadastrais das unidades de saúde municipais. Os dados mínimos devem ser: Nome da unidade de saúde, endereço, telefone fixo, telefone celular, E-mail¹, Enfermeiro responsável, Farmacêutico responsável, horário de funcionamento;

6.1.4.2. Um acesso rápido ao Whatsapp do telefone celular deve estar disponibilizado;

6.1.4.3. Um acesso rápido ao e-mail da unidade deve estar disponibilizado;

6.1.4.4. Essa opção (6.1.4) deve estar disponível para usuários de cartões ativos e não ativos;

6.1.5. Da solicitação de medicamentos para entrega em domicílio:

6.1.5.1. O aplicativo deve permitir que o usuário especifique para quem é medicamento (em caso de dependente), além de permitir que a receita médica seja anexada, e dados adicionais sejam descritos;

6.1.5.2. Deve ser permitido o envio da localização do morador, através de georreferenciamento;

6.1.5.3. Em caso de a solicitação ser para um dependente do usuário do cartão, o número do cartão do dependente deve ser informado, e, deve ser válido e ativo;

6.1.5.4. Um registro da solicitação deve ser armazenado na base de dados do histórico do cartão cidadão municipal, com os seguintes dados: Cartão cidadão do solicitante, Código do serviço, Data e Hora da solicitação;

6.1.5.5. Essa opção (6.1.5) deve estar disponível apenas para usuários de cartões ativos;

6.1.6. Da consulta ao estoque de medicamentos:

6.1.6.1. O aplicativo deve permitir a consulta à disponibilidade em estoque de medicamentos cadastrados na relação municipal de medicamentos (REMUME)

6.1.6.2. Deve-se permitir a procura ao medicamento, utilizando-se a tecnologia de autocomplete;

6.1.6.3. O resultado apresentando da procura (6.1.6.2) deve conter os seguintes dados: Status (disponível / não disponível); Data e Hora da consulta; Regras da dispensação;

6.1.6.4. Um registro da consulta deve ser armazenado na base de dados do histórico do cartão cidadão municipal, com os seguintes dados: Cartão cidadão do solicitante (ou o código 500.000 quando não se tratar de usuário logado no sistema), Código do serviço, Data e Hora da solicitação;

6.1.6.5. Essa opção (6.1.6) deve estar disponível para todos usuários do aplicativo

6.1.7. O aplicativo deve permitir o recebimento de mensagens tipo PUSH;

6.1.8. Deve-se armazenar o log com os acessos (login) dos usuários do aplicativo, registrando-se, no mínimo, as seguintes informações: cartão cidadão, data, horário e IP do login;

6.1.9. Documentação para interoperabilidade entre sistemas está disponível no anexo II

6.2. Do Sistema de retaguarda (backend). (configurações mínimas)

6.2.1. O módulo deve ser desenvolvido em ambiente WEB, hospedado pela CONTRATADA, e com link disponível para uso na página da Contratante;

6.2.2. O sistema deve permitir o cadastro das unidades de saúde do município, com no mínimo, as seguintes informações: Nome da unidade de saúde, endereço, telefone fixo, telefone celular, E-mail1, Email2, Enfermeiro responsável, Farmacêutico responsável, horário de funcionamento;

6.2.2.1. Deve-se permitir a inserção, a alteração e a exclusão do registro;

6.2.2.2. Deve-se permitir a visualização da listagem das informações inseridas;

6.2.3.3. Deve ser possível exportar listagem de (6.2.2.2) no formato PDF, XLS.

6.2.3. O sistema deve permitir o gerenciamento das solicitações de medicamentos em domicílio realizados pelos moradores.

6.2.3.1. Deve-se permitir a visualização dos seguintes dados mínimos: N2 do chamado, Data de abertura da solicitação, N2 Cartão cidadão solicitante, Nome do morador solicitante, Telefone, Celular, endereço do morador solicitante, Data de nascimento do solicitante, Idade do solicitante, E-mail do solicitante, N2 do cartão cidadão do dependente (em caso de solicitação para o dependente), Nome do dependente (em caso de solicitação para o dependente);

6.2.3.2. Deve-se permitir que o usuário controle os status de cada chamado;

6.2.3.3. Deve-se permitir o envio de uma ou mais mensagens aos usuários do aplicativo, referente ao respectivo chamado;

6.2.3.4. Permitir a emissão de um relatório de apoio, constando todas as solicitações do período solicitado, com os dados do solicitante e um totalizador das solicitações, em seu rodapé.

6.2.3.5. Permitir a impressão individual de cada solicitação, contendo os dados de identificação do solicitante e do dependente (quando houver), além da imagem da receita, endereço de entrega, além de data e horário da solicitação;

6.2.3.6. Permitir a impressão de uma etiqueta identificadora da entrega a ser realizada, contendo o nome do solicitante e do dependente (quando houver) e o endereço de entrega especificado.

6.2.3.7. Permitir a emissão de um gráfico de barras da quantidade de solicitações por período e por bairro.

6.2.3.8. Permitir a emissão de um mapa georreferenciado de indicadores quantitativos, por bairros do município;

6.2.3.9. Permitir que o entregador registre, de forma online, num dispositivo móvel, a entrega solicitada, incluindo, além da data e hora de entrega, a assinatura e o CPF do recebedor; caso a entrega seja frustrada, o registro da tentativa deve também ser armazenado.

7 - Dos serviços correlatos - Item com permissão de subcontratação

7.1 - Do processo de separação e de entrega

7.1.1 A contratada se responsabilizará pela separação dos medicamentos e serviço de motoboys para entrega domiciliar (o funcionário responsável pela separação dos medicamentos necessita ser auxiliar de farmácia, técnico em farmácia ou farmacêutico), devidamente treinados e ambientados com a utilização do sistema objeto deste instrumento. O fornecimento dos medicamentos será de responsabilidade total e exclusiva da Prefeitura Municipal, cabendo a empresa apenas a separação e a entrega destes;

7.1.2 Para a completa execução do objeto deste instrumento, serão de responsabilidade da contratada, os seguintes itens:

- 02 (dois) dispositivos móveis, com capacidade de executar o sistema, com internet disponível;
- Embalagens para acondicionamento dos medicamentos a serem entregues;
- Impressora com tecnologia de impressão térmica e respectivos insumos (ribbons e etiquetas) , para impressão das etiquetas identificadoras;
- Meios de locomoção para os entregadores, bem como o combustível;

7.1.2.1 os medicamentos a serem entregues serão apenas aqueles que não necessitam de transporte especial, tal como cuidado específico com refrigeração.

7.1.3 As tarefas de separação dos medicamentos envolvem: Visualização e validação das solicitações, separação e acondicionamento dos medicamentos a serem entregues, comunicação com o munícipe da previsão de entrega e quais medicamentos serão entregues através do sistema, disponibilização dos itens relativos à cada pedido para o entregador que receberá os itens devidamente embalados e etiquetados prontos para serem entregues ao munícipe.

7.1.4 O colaborador responsável pela separação ficará sob a supervisão da assistência farmacêutica do município, sujeito à produção e entrega de relatórios que prestem contas das atividades desenvolvidas.

7.1.5 Os entregadores serão responsáveis por retirar o pedido junto ao separador e levar até o endereço determinado na etiqueta, dando baixa no sistema no ato da entrega.

7.1.6 A comprovação da entrega do medicamento ao munícipe será feita mediante utilização do processo descrito em 6.9.

7.1.7 O entregador deverá realizar até 3 tentativas de entrega, quando não encontrar o munícipe, devendo em cada uma delas, constar no sistema data e hora das tentativas, registrando também caso haja qualquer informação a constar.

7.1.8 Não entregar em hipótese alguma a um menor de idade.

7.1.9 Quantidades estimadas: Nesse cenário de Pandemia, a média dos últimos 06 meses, estima-se, mensalmente, 9.000 (nove mil) solicitações de entrega.

7.2 - Da Possibilidade de Subcontratação:

7.2.1 - Para a execução dos serviços de separação e entrega dos medicamentos, será permitida subcontratação, devendo para tanto a contratada responsabilizar-se por:

7.2.2 - Apresentar proposta de subcontratação por escrito, no ato da assinatura do contrato, acompanhada dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada

(mesmos solicitados no edital para licitantes);

a) somente após a aprovação da Comissão de Fiscalização os serviços a serem realizados pela subcontratada poderão ser iniciados;

7.2.3 - Esta Prefeitura não reconhecerá qualquer vínculo com empresas subcontratadas, sendo que qualquer contato porventura necessário, de natureza técnica, administrativa, financeira ou jurídica que decorra dos trabalhos realizados será mantido exclusivamente com a Contratada, que responderá por seu pessoal técnico e operacional e, também, por prejuízos e danos que eventualmente estas causarem;

7.2.4 - A Contratada será responsável pelo fornecimento aos seus funcionários (e dos subcontratados) de todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação, de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor. Neste item deverão estar incluídos uniformes e calçados apropriados aos seus funcionários e aos subcontratados, capacetes, máscaras para prevenção do Covid 19, além de portarem crachás de identificação;

7.2.5 - O item passível de subcontratação representa xxx% do objeto, não constituem o escopo principal do processo nem tampouco a parcela de maior relevância e refere-se exclusivamente à separação e entrega dos medicamentos, de forma que o objetivo da referida contratação seja alcançado, qual seja, o licenciamento de software para solicitação e controle de toda a logística de entrega do medicamento fornecido pela Prefeitura até a entrega deles nas mãos dos munícipes.

7.2.6 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.2.7 - São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

a) substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

8. Demonstração Técnica do Sistema

Diante da sensibilidade dos dados constantes no sistema em questão, imprescindível que a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar, demonstre que detém o conhecimento na prestação de serviço em questão.

Para tanto, a título de demonstração técnica, será necessário que a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, apresente, em até 05 dias após a sua classificação, demonstração técnica no software em questão, com dados fictícios, comprovando assim que detém conhecimento para prestação do serviço;

A empresa licitante terá 02 horas para concluir a demonstração técnica que deverá ocorrer na SALA DE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, em horário comercial que será determinado na sessão que classificou a licitante provisoriamente em primeiro lugar, com tais informações lavradas em ata.

A empresa licitante é responsável em prover todos os recursos computacionais necessários para realização da DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA.

Não caberá ao CONTRATANTE, sob qualquer hipótese, o pagamento de qualquer valor ou indenização em virtude da realização da demonstração, seja ela aceita ou não, sendo todos os custos decorrentes da realização da demonstração técnica a cargo da LICITANTE

DA DETERMINAÇÃO DO ITEM A SER EXECUTADO COMO DEMONSTRAÇÃO TÉCNICA E DA OBJETIVIDADE DO JULGAMENTO.

A demonstração técnica consistirá em demonstrar a funcionalidade de um módulo específico, a qual se destinará à verificação da conformidade e qualidade dos artefatos produzidos e do desempenho técnico do licitante;

Passo 1 - Realizar 3 (três) logins no aplicativo, segundo 6.1.2. Na sala de demonstração teremos três pessoas. Duas delas terão cadastro no banco de dados usados pela demonstração, e uma delas não terá. O sistema deverá reconhecer e realizar os processos pertinentes em cada caso.

Passo 2 - Realizar 2 (duas) solicitações de entrega de medicamentos segundo 6.1.5. Em uma delas, a solicitação deve ser para o titular do cartão, e na outra, para um dependente. Os registros de 6.1.5.4 serão avaliados após o registro das solicitações.

Passo 3 - Para os registros do Passo 2, verificar funcionalidade de 6.2.3.1, 6.2.3.5 e 6.2.3.6

Passo 4 - Realizar a consulta segundo 6.1.6, utilizando-se o medicamento "ACIDO ACETILSALISILICO". Os registros de 6.1.6.4 serão avaliados após o registro das solicitações.

Caso haja a recusa da demonstração, a licitante participante da demonstração técnica terá sua proposta desclassificada, e será chamada a próxima empresa, para executar o proposto na demonstração técnica e, assim sucessivamente seguindo a ordem da prévia classificação no processo licitatório;

Este ciclo será repetido até que seja adjudicado um licitante no certame e caso nenhum licitante seja aprovado na prova de conceito poderá ser feito novo processo licitatório;

ANEXO II - DA INTEROPERABILIDADE

A interoperabilidade é feita mediante a chamada a uma API REST com retorno JSON.

URL API: https://186.226.57.61/sistemas/louveira/remedio_ws/

Abaixo estão descritos os métodos disponíveis na API como protocolo de interoperabilidade com sistemas já existentes:

- Método: Busca Cartão Cidadão

Parâmetros da API:

op: busca cc

user: REMCASA (fixo)

senha: xxxx (fixo)

cartao (variavel)

OU

CPF (variavel)

Retorno:

cartao: cartão cidadão do morador

cpf: cpf do morador

nome: nome do morador

nasc: data de nascimento, formato (aaaa-mm-dd)

status: A - Ativo / I - Inativo

endereco: logradouro

numero: número do endereço

compl: complemento do endereço (pode ser em branco)

bairro: bairro do endereço

cep: cep do endereço (formato 00000-000)

telefone: telefone fixo do morador (formato 0000000000)(pode ser em branco)

celular: celular do morador (formato 000000000000)

foto: url pública com a foto do morador

Exemplo de chamada:

https://186.226.57.61/sistemas/louveirairemedio_ws/?op=busca_cc&user=REMCASA&senha=xxxx&cartao=9999

Exemplo de retorno:

```
{"cartao":9999,"cpf":"12345678900","nome":"NOME DO MORADOR","nasc":"2021-05-20","status":"A1","endereco":"RUA JOSE DA SILVA","numero":"999","compl":"CASA 1","bairro":"CENTRO","cep":"13123-000","telefone":"1938383838","celular":"19999998888","foto":"https://186.226.57.61/sistemas/louveirairemedio_ws/tmp/foto9999.jpg"}
```

- Método: Busca Medicamentos

Parâmetros da API:

op: busca_med

user: REMCASA (fixo)

senha: xxxx (fixo)

medic: (variavel)

Retorno (lista):

descricao: descrição do medicamento

status: 0 — Disponível / 1 — Indisponível

Exemplo de chamada:

https://186.226.57.61/sistemas/louveirairemedio_ws/?op=busca_med&user=REMCASA&senha=xxxx&medic=ACIDO

Exemplo de retorno:

```
[{"medic":"ACIDO ACETILSALISILICO","status":"0"}, {"medic":"ACIDO FOLICO","status":"1"}]
```

- Método: Insere Histórico Cidadao

Parâmetros da API:

op: insere_hist

user: REMCASA (fixo)

senha: xxxx (fixo)

cartao (variável)

cod_servico (Para 6.1.5.4 usar código 01 e para 6.1.6.4 usar código 02)

Retorno:

status: 0 — Sucesso / 1 - Falha

Exemplo de chamada:

https://186.226.57.61/sistemas/louveira/remedio_ws/?op=insere_hist&user=REMCASA&senha=xxxx&cartao=9999&cod_servico=01

Exemplo de retorno:

```
{"status' : "0"}
```

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento de sistema de gerenciamento de entrega de medicamentos em domicílio, com serviços correlatos de treinamento, operação assistida, suporte e manutenção.

DADOS DA LICITANTE	
Razão social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO	
Nome:	
Cargo:	CPF:

QUADRO DE PREÇOS

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	12	MÊS	SERVIÇO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ENTREGA DE MEDICAMENTOS EM DOMICÍLIO, CONFORME ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA.		

DATA: __/__/__

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO OU FUNÇÃO:

RG E CPF:

ASSINATURA:

ANEXO IV - DECLARAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento de sistema de gerenciamento de entrega de medicamentos em domicílio, com serviços correlatos de treinamento, operação assistida, suporte e manutenção.

DADOS DA LICITANTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

DECLARO, sob as penas da lei, que:

- a) a empresa acima identificada atende plenamente as exigências e os requisitos de habilitação constantes no instrumento convocatório deste Pregão Presencial da Prefeitura Municipal de Louveira.
- b) a proposta apresentada está plenamente adequada às descrições constantes no Edital deste Pregão Presencial da Prefeitura Municipal de Louveira.
- c) a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544/89.
- d) a empresa acima identificada não tem qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- e) a empresa acima identificada declara para fins de habilitação e/ou contratação com a Prefeitura Municipal de Louveira, não possuir no seu quadro societário, seja na função de administrador, sócio gerente ou mero cotista sem poderes para administrar, funcionário detentor de cargo ou função pública de qualquer ente federativo.

DATA

NOME DO REPRESENTANTE:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE:

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIA DA LC Nº 123/06

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento de sistema de gerenciamento de entrega de medicamentos em domicílio, com serviços correlatos de treinamento, operação assistida, suporte e manutenção.

DADOS DA LICITANTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

DECLARO, sob as penas da lei, que, sem prejuízo das sanções e multas previstas no ato convocatório, que a empresa acima identificada é microempresa, empresa de pequeno porte ou a elas equiparada, nos termos do enquadramento previsto nos incisos I e II e §§ 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista no procedimento licitatório deste Pregão Presencial da Prefeitura Municipal de Louveira.

DATA

NOME DO REPRESENTANTE:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE:

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO E TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº XXX/2021

PROCESSO Nº 441/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2021

Termo de Contrato que entre si celebram o
Município de Louveira e a empresa

Aos dias do mês de do ano de dois mil e, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes, de um lado o **MUNICÍPIO DE LOUVEIRA**, com sede na cidade de Louveira, Estado de São Paulo, na Rua Catharina Calssavara Caldana, nº 451, inscrito no CNPJ sob nº 46.363.933/0001-44, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado,, empresa estabelecida na cidade de, à, nº, bairro, Estado de, CEP, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo Senhor, portador do CPF nº, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si certo e ajustado o que segue e reciprocamente outorgam a saber:

1. DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de licenciamento de sistema de gerenciamento de entrega de medicamentos em domicílio, com serviços correlatos de treinamento, operação assistida, suporte e manutenção.

2. DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Dá-se ao presente contrato o valor de R\$ XXX (xxxxxx), assim sendo:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL

2.2. Nos valores descritos no item anterior, estão incluídos, além do lucro, todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, relacionados com o objeto dessa contratação.

2.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos da emissão da nota fiscal e expedição do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão competente.

2.3.1.A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica - NF-e em conformidade com o estabelecido pela legislação vigente.

2.4. Em caso de devolução da nota fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da sua reapresentação válida.

2.5. Nos termos do artigo 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, na hipótese de não se dar remuneração da **CONTRATADA** no prazo previsto em edital e contrato, poderá ocorrer atualização pelo índice IPCA/IBGE.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato terá vigência de **12 (doze)** meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s), consignada(s) no orçamento vigente, e das dotações vigentes para exercícios futuros:

1151 - 01 - 100801.1030300322.057 - 3.3.90.39.00
--

5. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

5.1. Nos termos da Leis Federais nº 9.069/95 e nº 10.192/01, os preços ofertados e aceitos pelo **CONTRATANTE** ficarão inalterados pelo período de 12 (doze) meses, contados do mês de apresentação das propostas na licitação que precedeu esta contratação, assegurada a menor periodicidade estabelecida pela legislação nos termos do § 5º do art. 28 da referida Lei.

5.2. Em havendo prorrogação da vigência contratual, os preços unitários poderão ser reajustados, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contados a partir da apresentação da proposta junto ao **CONTRATANTE**, utilizando-se como base as variações do Índice IPCA - IBGE ou outro que venha a substituí-lo.

6. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A **CONTRATADA** deverá realizar a prestação dos serviços de acordo com todas as especificações constantes no ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA do edital que precedeu esta contratação.

6.2. A ordem de serviço será expedida por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da **CONTRATADA**, inclusive correio eletrônico.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

7.2. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da **CONTRATADA** intentarem reclamações trabalhistas contra o **CONTRATANTE**.

7.3. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

7.4. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

7.5. Fornecer materiais e mão de obra especializada para execução dos serviços objeto do presente instrumento.

7.6. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança do trabalho, fornecendo por sua conta todos os materiais necessários à segurança do pessoal que trabalhar na execução dos serviços.

7.7. Fornecer, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, a comprovação de recolhimento dos encargos sociais trabalhistas e previdenciários referentes aos empregados que farão parte da equipe de trabalho e a fim de verificar se os mesmos estão registrados em carteira profissional de trabalho em nome da **CONTRATADA**.

7.8. Observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração do presente contrato.

7.9. Cumprir todas as exigências descritas no ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital que precedeu essa contratação e que faz parte integrante do presente contrato.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Nos termos dos Decretos Municipais nº 3.678/11 e nº 3.982/13 e, subsidiariamente, nos termos das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e alterações, poderão ser aplicadas multas, advertências, rescisão contratual/Ata, suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Municipal e/ou declaração de inidoneidade, assim como a sanção prevista no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, as quais são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

8.2. Os procedimentos relativos a apuração e penalização dos inadimplementos das obrigações contratuais serão conduzidos no âmbito do **CONTRATANTE** e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

9. DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. A rescisão contratual pode ser:

9.1.1. Determinada por ato unilateral do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para o **CONTRATANTE**.

9.2. A inexecução total ou parcial do contrato a ser firmado enseja a sua rescisão pelo **CONTRATANTE**, com as consequências previstas em Lei.

9.3. Este contrato poderá ser rescindido nos termos do artigo 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica ajustado, ainda, que se considera parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:

10.1.1. Edital do Pregão Presencial nº 105/2021 e Anexos.

10.1.2. Todos os documentos e proposta apresentados pela **CONTRATADA**.

10.2. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e disposições regulamentares.

11. DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Louveira/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Louveira, ____ de _____ de 2021.

PARTES e TESTEMUNHAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO Nº

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico.
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP.

- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil.
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral”.
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação.
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Louveira, de de 2021.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO E ORDENADOR DE DESPESAS:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____